

Discriminações de Novo Tipo na África do Sul

(AFP)

A recente morte de um estudante após confrontos com a polícia na cidade de Durban, na África do Sul, ilustra bem as tensões nas universidades deste país no que se refere ao pagamento do chamado direito de inscrição. O incidente mortal na universidade de Durban-Westviell (UDW), onde outros estudantes ficaram feridos, veio culminar uma semana de agitação após a decisão da universidade em excluir 500 estudantes que não tinham pago este "direito". A inscrição custa cerca de 45 contos anuais, mas esta quantia é ainda considerada elevada para muitas famílias carenciadas.

Mapule Ramashala, vice-presidente da UDW, considerou inadmissível que uma minoria de estudantes impeçam os cerca de 7500 inscritos de estudar, reconhecendo, porém, que este problema era "crónico" nas universidades negras, historicamente discriminadas pela política de "apartheid". "Todos os pais gostariam de ter os seus filhos a estudar no ensino superior, mas o problema é que a maioria deles são pobres e não podem pagar os direitos de inscrição", declarou esta responsável a uma rádio local. "As universidades mais ricas (anteriormente quase exclusivamente destinadas aos brancos) têm recursos e dispõem de reservas financeiras... podem permitir-se a assumir essas perdas", sublinha a mesma responsável.

O Congresso de Estudantes Sul-Africanos (SASCO), organização maioritariamente composta por estudantes negros, estima que os incidentes na UDW são a expressão de uma crise mais generalizada no ensino superior sul africano. Segundo esta organização, as verbas destinadas às universidades no anterior orçamento diminuíram 1,4% e aumentaram as despesas de inscrição. A SASCO apela à organização de um fórum nacional, a realizar em Julho, para lançar pistas quanto ao "futuro do ensino superior" naquele país.

A maioria dos 36 estabelecimentos universitários sul africanos depara-se com dificuldades financeiras devido à falta de pagamento das propinas. Segundo estatísticas oficiais, os estudantes devem às universidades - essencialmente as antigas universidades negras, perto de metade do total - uma soma de 500 milhões de rands, cerca de 15 milhões de contos. Estas antigas universidades destinadas à maioria de população negra, que sempre foram bastiões da luta anti-apartheid, continuam "extremamente politizadas", refere, por seu lado, Itumeleng Mosala, professor que dirige a universidade Technikon na província do Nordeste, 30 km ao norte de Pretória. Este estabelecimento de ensino foi igualmente palco de movimentos de protesto e de boicote contra o pagamento de direitos. "Não há motivo para que este país não possa fornecer ensino gratuito de 15 anos, incluindo o ensino superior", diz Mosala.

Mas o governo não parece ter a mesma opinião. "O governo foi esclarecedor nesse domínio: não há educação gratuita no ensino superior", afirmou Bheki Khumalo, porta-voz do Ministério da Educação, sublinhando que desde 1994 o governo pôs à disposição dois milhões de rands para apoiar os estudantes desfavorecidos. "Se eles querem estudar, devem pagar ou arranjar alternativas".

Todos os direitos de reprodução e de representação reservados.
© 1999 Agence France-Presse

sobre @ da Agence France-Presse